



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATO  
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS  
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 1º SS CEP 70.070-929  
TEL: (61) 2022-4643/4510/5105 – FAX: 2022-4408

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 14/2012 Material Esportivo e de Acessórios**

Aos dezessete dias do mês de outubro de 2012, no Auditório da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, localizada à Avenida Paulista nº 1313, 4º Andar, São Paulo/SP, às 14 horas e trinta minutos foi realizada a Audiência Pública nº 14/2012, por intermédio do Aviso de Audiência Pública nº 14/2012, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, do dia 2/10/2012, página 53. A presente Ata destaca os principais pontos da citada audiência. A gravação da mesma estará disponível em CD, encartada no Processo de Audiência Pública no FNDE. A Audiência Pública 14/2012 foi aberta pela Chefe da Divisão de Avaliação de Registro de Preços do FNDE, Rita Helena Barbosa Custodio Fragale, com os esclarecimentos sobre os objetivos da mesma. Em seguida, solicitou aos participantes que se apresentassem, informando o nome completo e a empresa e ou órgão que representavam. Após as devidas apresentações, a Presidente da Audiência, Senhora Aloma Marques Taveira, Coordenadora Geral de Mercado, Qualidade e Compras do FNDE, iniciou a sessão se aprofundando nos propósitos da Audiência Pública, explanando sobre as expectativas do FNDE com relação ao processo de licitação para a eventual aquisição de Material Esportivo e de Acessórios, para equipar as escolas da rede pública de ensino municipal, estadual e do Distrito Federal, por meio da modalidade registro de preços. O processo licitatório realizado pelo FNDE, por meio de registro de preços, permite que municípios e estados adquiram, com recursos de transferência direta e recursos próprios, produtos de qualidade, com preço justo, sem que eles tenham que realizar o processo licitatório local, com vistas na melhoria da qualidade da educação. Enfatizou que o recurso enviado aos entes federados como transferência direta é um recurso garantido pelo governo federal, e que o município, o estado ou o Distrito Federal só podem utilizá-lo para aquele determinado pregão. Na continuidade, apresentou o processo do Registro Nacional de Preços - RNP, modelo gerencial em que é realizada uma única licitação para o atendimento de toda rede educacional brasileira. Na apresentação, informou o levantamento realizado pelo FNDE das necessidades de produtos demandados pelas redes municipal, estadual e do Distrito Federal através do SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação inseridas no PAR - Programa de Ações Articuladas. Com essas informações o FNDE providencia a especificação detalhada do produto, primando pelos critérios de qualidade, com parceria do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, entre outras instituições, e certificações técnicas através de normas, além de considerar as necessidades do usuário, que é o aluno. Em seguida, informou sobre a realização de um estudo de mercado, pelo qual são avaliados os dados econômicos, a cadeia produtiva, a cadeia logística e a referência de preço, ocasião que será definida a estratégia de licitação. Continuando, informou que, de posse dessas informações, o

FNDE realiza a Audiência Pública, com a participação de fabricantes, fornecedores, distribuidores, representantes das secretarias de educação estadual e municipal, e da sociedade como um todo, e de OCP - Organismo de Controle de Produtos, visando a troca de experiências e sugestões enriquecedoras, com vistas a dar mais transparência e maior competitividade ao processo licitatório. Após a realização da Audiência Pública, o FNDE analisa as contribuições e consolida as especificações do produto a ser adquirido. A seguir, o FNDE realiza o pregão eletrônico, momento em que as empresas interessadas ofertam lances de preços para o produto proposto. As empresas que ofertaram o menor preço apresentam a documentação de habilitação jurídica, econômico-financeira, fiscal e capacidade técnica. Após a aprovação da documentação, é exigida a apresentação do protótipo ou amostra para análise. Mediante a aceitação da proposta, o FNDE homologa e adjudica a licitação. A seguir, as atas de registro de preços ficam disponibilizadas no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARP, sistema implantado pelo FNDE para gerenciar as atas pelo período de um ano. As entidades interessadas cadastram suas propostas no PAR e o FNDE as analisa. Após a aprovação pelo PAR, as solicitações de adesão são inseridas no SIMEC e enviadas ao SIGARP de forma automática. Em seguida, o FNDE consulta o fornecedor pelo SIGARP e, após sua concordância, o interessado recebe a anuência e a autorização do FNDE, via SIGARP. De posse da documentação referente ao pregão, o interessado fecha contrato com a empresa e o fornecedor entrega os produtos ao interessado. A presidente apresentou outros itens de registro de preço gerenciados pelo FNDE, disponíveis no portal de compras. Informou que, para essa audiência, foram selecionados trinta e um itens, para discussão de cada especificação preliminar, com previsão de atendimento para 15.616 escolas. Informou que as quantidades de itens serão divididas em grupos ou regiões e que as quantidades a serem registradas representam 10 % das escolas de educação básica em atividade. Em seguida, passou a condução da audiência para a Chefe da Divisão de Qualidade do FNDE, senhora Leidiane Almeida Araújo, para realizar a apresentação das especificações técnicas preliminares de material esportivo e de acessórios. A senhora Leidiane apresentou item por item, contando com a participação dos presentes, que apresentaram sugestões, posteriormente avaliadas pela equipe técnica do FNDE. Foram feitas várias sugestões: a Empresa Penalty comentou para que se adotem certificados e especificações de confederação ou federação internacional, que não os definam por conta própria. Já a Empresa BRIESP falou que o padrão internacional eleva muito os custos. Em relação ao poste de voleibol removível, foi comentado que o tamanho a ser utilizado deveria ser o oficial e que a embalagem poderia ser de papel craft, pois o papelão é muito duro. Quanto à rede de voleibol, sugeriu-se a definição de pesagem, para nivelar o produto e facilitar o controle, inclusive no momento da entrega da mercadoria. Além disso, comentou-se que o fio de nylon reciclado possui menor resistência e, quanto à garantia para defeito de fabricação, todos concordaram que seis meses seria o suficiente. Quanto à bola de voleibol adulto, questionou-se sobre qual a garantia a ser adotada. Também, esclareceu-se que as bolas matizadas não podem ser esvaziadas e que as costuradas podem. As bolas infladas têm um custo mais alto na entrega. A Penalty falou que, quanto à característica da válvula desse tipo de bola, o mais usual é que seja removível e lubrificada. Foi comentado, também, que o PVC não é indicado para crianças, pois causa ardência nos braços. Porém, existem vários tipos de PVC. Fizeram sugestão de

aumentar a garantia de 12 para 24 meses. A senhora Leidiane alertou para o monitoramento do material. Quanto à matéria prima da rede, disseram que a seda é usada para jogos oficiais. Também, comentou-se que, se a cor do aro de basquete for mudada, poderá comprometer a capacidade da indústria. Quanto à trave oficial fixa, está faltando saber a profundidade e, quanto às bolas, podem ser de cor diferente ou com o logotipo do FNDE. Em relação à bola de futebol de salão, a tendência é a termofusionada, que é mais resistente que a matizada e mais barata que a costurada. A Penalty disse que a bola matizada não é usada por nenhuma federação ou confederação, e que o custo dela é maior. Quanto à rede da trave, a profundidade e o peso são padrões, e a matéria prima precisa ser definida. A Penalty comentou que a bola de borracha para recreação não é produzida como brinquedo e que existem umas três empresas que poderiam fornecer. Elas também deverão ter ranhuras, poderão ser de PVC, mas atentar para o material ser atóxico. Quanto aos tacos de madeira, alertou-se para serem leves e de madeira certificada, de reflorestamento. Quanto à peteca, é preciso verificar o peso exato. Sobre os pinos de boliche, cogitou-se a substituição por plástico, ao invés de madeira. Atentou-se que o apito não é considerado brinquedo e que a argola terá que ser niquelada. Falou-se também que o elástico do colete esportivo de identificação deverá ter no mínimo 3 cm de largura. Ficou acertado com os fornecedores que as outras contribuições técnicas para aprimorar as especificações poderiam ser enviadas até o dia 25 de outubro de 2012, para o e-mail constante do Aviso de Audiência, juntamente com o questionário sobre o perfil das empresas. A Presidente encerrou a audiência às 18 horas.